

Palavra de Presidente: construção da autoridade presidencial nos discursos de Abril*

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.153.7>

Maria Aldina Marques**

* Este texto, agora pontualmente revisto, foi publicado inicialmente na revista *forma breve* 11, pela Universidade de Aveiro, a quem agradeço, na pessoa do seu Editor-chefe, Professor Doutor António Manuel Ferreira, a pronta anuência à sua integração na presente publicação.

** ELACH – CEHUM. Investigação financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020 <https://doi.org/10.54499/UIDB/00305/2020>

Resumo: A celebração do 25 de Abril é um evento discursivo institucional que tem como momento central o discurso presidencial. O objetivo principal deste trabalho é analisar a construção da imagem de autoridade do locutor-presidente, nos discursos presidenciais de celebração de Abril, segundo uma perspetiva teórica pragmático-enunciativa. Nestes discursos, está em causa a função social-política **de** Presidente da República e a imagem de locutor que o género discursivo, o *discurso de celebração nacional*, prevê e se corporiza como expectativas dos interlocutores. Pretende-se considerar a construção do *ethos* presidencial, enquanto imagem de autoridade, em duas vertentes que conjugam a imagem institucional **de** Presidente da República com a imagem pública **do** Presidente da República. O *corpus* de análise é constituído pelos discursos presidenciais de celebração do *25 de Abril* (até ao centenário da República), que abrange os discursos proferidos pelos quatro presidentes eleitos após o 25 de Abril.

Palavras-chave: discursos de celebração, discurso político, *ethos*, autoridade, categorias linguístico-discursivas

E aqui está um outro tema que deve constar da agenda para uma boa governação.

Jorge Sampaio, 25 de Abril de 2005

1. Introdução

A celebração do 25 de Abril, realizada na Assembleia da República, é um evento discursivo institucional que tem como momento nuclear o discurso presidencial. É sobre estes discursos que me vou centrar para analisar a construção da autoridade presidencial como parte fundamental da construção contextual dos sentidos do discurso. Deste processo discursivo complexo, apenas será feita a análise da relação entre a construção da autoridade, ou melhor, da imagem de autoridade do locutor, e os referentes discursivos, do ponto de vista de uma perspetiva teórica pragmático-enunciativa.

Os discursos, qualquer discurso e não apenas o discurso político, constroem imagens dos interlocutores; imagem de si e *ethos* são termos usados para designar essas imagens discursivas. Goffman (1973), Maingueneau (1998, 1999), Amossy (1999, 2010), entre outros, recuperam, de forma crítica e reformuladora, a tradição retórica, de Aristóteles, mas também de Cícero e Quintiliano, na distinção que estabelecem entre *ethos* discursivo, a imagem que o locutor constrói de si no discurso, e *ethos* pré-discursivo ou *ethos* prévio, i.e., a imagem pública, as representações sociodiscursivas que circulam num determinado momento sobre o locutor.

A construção do *ethos*, ou *ethe*, tendo em conta a pluralidade de imagens que o locutor constrói e reconstrói, mobiliza duas questões fundamentais: por um lado, a relação entre a construção da imagem de si e a função social do locutor, e, por outro, a relação entre a construção da imagem de si e o género discursivo, na medida em que nele está prevista uma imagem de locutor. Nos discursos de Abril, está em causa a função social-política **de** Presidente da República e a imagem de locutor que o género discursivo, o *discurso de celebração nacional*, prevê e se corporiza como expectativas dos interlocutores. É ainda relevante considerar o *ethos* presidencial enquanto imagem de autoridade, em duas vertentes que conjugam a imagem institucional de Presidente da República com a imagem pública do Presidente da República.

1.1. Constituição do *Corpus*

O *corpus* de análise é constituído pelos discursos presidenciais de comemoração do 25 de Abril (de 1977 a 2011, o centenário da República), realizados na Assembleia da República, abrangendo os discursos dos quatro presidentes eleitos após o 25 de Abril. Dada a extensão do *corpus*, foram selecionados, num total de sete discursos, o primeiro e o último discursos proferidos por cada um, excetuando o caso do Presidente Cavaco Silva, do qual apenas foi considerado o primeiro, por estar ainda em funções, aquando da constituição do *corpus*. Os dois quadros abaixo apresentados sintetizam os dados quantitativos relativos aos discursos e número de palavras por discurso, que constituem os dados em análise.

Quadro 1 – Discursos presidenciais de Abril: total de discursos e de palavras por presidente

		António Ramalho Eanes	Mário Soares	Jorge Sampaio	Aníbal Cavaco Silva	Total	Média [aproximada]
1977-	discursos	8					
-1985	palavras	22.637					2.830
1986-	discursos		8				
-1995	palavras		13.623				1.703
1996-	discursos			10			
-2005	palavras			40.065			4007
2006-	discursos				6		
-2011	palavras				11.771		1.962
	discursos					32	
Total	palavras					88.096	

Fonte: elaboração pessoal.

Quadro II – Discursos presidenciais em análise: total de palavras por presidente

	1977-1985		1986-1995		1996-2005		2006-	Total
António Ramalho Eanes	2.072	3.385						5.457
Mário Soares			2.302	1.602				3.904
Jorge Sampaio					2877	3629		6.506
Aníbal Cavaco Silva							2274	- 2274

Fonte: elaboração pessoal.

O Quadro I diz respeito ao total de discursos e de palavras, por presidente, entre 25 de Abril de 1977 e 2011, data da comemoração do centenário da república¹. O número de discursos por presidente não é coincidente com o número de anos de mandato, porque a 1.^a celebração foi apenas em 1977 e, do Presidente Mário Soares, apenas foram considerados 8 discursos, pois em 1992 e 1993 as comemorações oficiais do 25 de Abril não ocorreram no Parlamento.

Sendo discursos relativamente breves, apresentam uma oscilação considerável entre a média mais baixa, dos discursos de Mário Soares e a mais alta, dos discursos de Jorge Sampaio. Poder-se-á atribuir estas diferenças a dimensões idiossincráticas, dada a ritualização deste género discursivo.

O Quadro II sintetiza o número de palavras dos primeiros e últimos discursos de cada presidente, realizados no período de 25 de Abril de 1977 a 25 de Abril de 2006. Também aqui se notam diferenças: Mário Soares, que pronuncia os discursos mais breves, acentua essa brevidade no último discurso, ao contrário dos presidentes Ramalho Eanes e Jorge Sampaio, que se tornam mais prolixos. Merecendo uma análise mais aprofundada, que dê conta nomeadamente de todos os discursos proferidos por cada presidente, aponta-se, mais uma vez, para a ocorrência de variação idiossincrática.

2. Os discursos de celebração/comemoração nacional

2.1. As condições históricas dos discursos de celebração nacional

O quadro histórico-discursivo dos *discursos de comemoração* do 25 de Abril é diretamente devedor do contexto sociopolítico da Revolução de Abril, que determina a perspetiva de abordagem do ato de celebração. De facto, a representação da atualidade social e política no discurso é feita por comparação com o evento comemorado. Desse contraste sobressai, em todos os discursos, uma imagem atual de crise por não cumprimento, mais ou menos modalizado, dos valores de Abril. Esta é uma sistematicidade instaurada no primeiro discurso de celebração, em 1977, pelo Presidente Ramalho Eanes e retomada por cada Presidente da República nos discursos que analisámos²:

¹ Esta fronteira decorre do facto de este estudo fazer parte do projeto *O Discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais em Portugal*.

² Como já referido, esta é uma "sistematicidade relativa", dado que seria necessário analisar todos os discursos para robustecer esta conclusão.

- (1) Sabemos todos, *por duras experiências* até nesta Assembleia, que *os ideais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterados* no decurso destes três anos. (Ramalho Eanes, 1977)
- (2) Os Portugueses estão naturalmente *orgulhosos da liberdade que usufruem* – e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação –, mas sabem que lhes *falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que nos recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos.* (Mário Soares, 1986)
- (3) Infelizmente, *após trinta anos de vida democrática*, subsistem na sociedade portuguesa *outros problemas graves.* (Jorge Sampaio, 2005)
- (4) Confrontá-la [a nossa sociedade] com sonhos que marcaram aqueles dias de Abril, mas que a *realidade dos nossos dias não só não valida* como em vários aspectos nos interpela. (Cavaco Silva, 2006)

2.2. Os discursos de celebração de Abril

Os discursos de celebração de Abril, como género discursivo, são tematicamente determinados pelo evento comemorado, nas representações que os sucessivos locutores dele fazem. Nos discursos presidenciais de comemoração do 25 de Abril, pese embora a especificidade de cada contexto histórico particular e a especificidade dos locutores-presidentes, o objeto da comemoração é representado nas suas características históricas, como *movimento militar, momento de rutura política* (Ramalho Eanes, 1985), *projeto nacional* (Ramalho Eanes, 1985), *movimento patriótico* (Mário Soares, 1986), mas é sobretudo evocado e retomado nos valores que a ele são agregados de *democracia, liberdade* e, particularmente, de *esperança*, o que implica uma valorização do futuro. Essa projeção para o futuro é construída pela reiteração de nomes como *esperança, futuro* e *sonho*:

- (5) [...] que os ideais de Abril não venham a ser um *sonho* traído”. (Ramalho Eanes, 1977)
- (6) Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que, para Portugal, começou o *futuro*”. (Mário Soares, 1985)

- (7) O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do *futuro*". (Mário Soares, 1985)
- (8) O 25 de Abril representou o restaurar da *esperança*". (Jorge Sampaio, 1996)
- (9) O 25 de Abril abriu novos horizontes ao *futuro* de Portugal". (Jorge Sampaio, 1996)
- (10) [...] um país à altura da *esperança* que o 25 de Abril trouxe aos portugueses". (Jorge Sampaio, 2005)
- (11) Confrontá-la com *sonhos* que marcaram aqueles dias de Abril". (Cavaco Silva, 2006)
- (12) Temos sabido alimentar a *esperança* nascida há trinta e três anos? (Cavaco Silva, 2006)

Esta representação de Abril condiciona os objetivos discursivos do evento de comemoração, a sua orientação discursiva, porque, como diz Plantin (1996), as palavras designam e orientam o discurso. Por isso é um discurso todo ele voltado necessariamente para o futuro, como o testemunham as próprias palavras presidenciais: "Invocando o 25 de Abril, mas *a pensar no futuro*, dirijo-me a todos os portugueses" (Mário Soares, 1995). Mas, na verdade, a evocação não constitui um fim em si. O Presidente Ramalho Eanes, no seu discurso duplamente inaugural, o primeiro do seu mandato e o primeiro das celebrações de Abril na Assembleia da República, afirma:

- (13) Srs. Deputados, entendo ser este *o momento apropriado para se fazer uma pausa e reflectir* sobre o percurso realizado, sobre os sintomas da crise de desenvolvimento, de projecto e de valores que empobrecem o nosso presente e ameaçam o nosso devir democrático. (Ramalho Eanes, 1985)

Trinta anos mais tarde, o Presidente Cavaco Silva, no primeiro discurso de celebração de Abril como Presidente da República, sintetiza estes condicionamentos, que se individualizam como características do ato de celebração e, por essa via, dos discursos presidenciais de celebração:

- (14) Uma forma tentada ao longo dos anos para que esta cerimónia de homenagem, a 32.^a, o seja menos à data e mais à história que

nela se encerra, *foi a de fazer dela um momento de reflexão sobre o nosso tempo.* (Cavaco Silva, 2006)

Na proposta inicial do Presidente Ramalho Eanes, retomada em cada um dos discursos posteriores, o locutor assume a tarefa de, em nome do país, apontar sucessos e insucessos e traçar caminhos.

3. A autoridade do Presidente

Este objetivo pressupõe a afirmação de *autoridade* do locutor-presidente, que está duplamente ancorada. Com efeito, a autoridade do Presidente da República decorre da legitimidade institucional, mas também da sua credibilidade política. É, pois, necessário distinguir o estatuto **de** presidente, no primeiro caso, e o estatuto **do** presidente, no segundo. Coexistem aqui imagens de si complementares, construídas por mecanismos discursivos diversos. As estratégias e recursos linguísticos para a sua realização são comuns a todos os discursos em análise.

3.1. O estatuto de Presidente da República – da legitimidade à credibilidade

O Presidente, representante máximo da República, eleito por sufrágio universal, é uma figura emblemática da democracia e garante da coesão nacional. A função de Presidente da República agrega, portanto, uma imagem positiva, de árbitro e defensor da democracia, uma imagem suprapartidária de “presidente de todos os portugueses”, na expressão de Mário Soares ao vencer as eleições em 1986, e sempre retomada pelos presidentes seguintes no momento de vitória eleitoral. A legitimidade conferida pelo voto popular dá-lhe autoridade institucional, que o locutor explicitamente assume. Nos exemplos (15) e (16), o pronome pessoal de 1.^a p/sg mostra um locutor individual que assume as responsabilidades que lhe foram cometidas, mas a que agrega, desde logo, uma atitude própria de empenhamento e liderança. O contraste semântico entre a posição de objeto, “subordinado” ao verbo *obrigar* (*obriga-me; Está o Presidente da República obrigado*), e a de agente (*Não hesitarei; tenho atribuído alto significado*) põe em destaque uma autoridade recebida, delegada, mas também construída:

- (15) *O mandato que recebi do povo português obriga-me, a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do País, a*

identidade nacional e o desbloqueamento da angústia coletiva perante o presente e perante o futuro.

Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e corretas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver. (Ramalho Eanes, 1977)

- (16) [...] está o Presidente da República *obrigado a fazer cumprir a Constituição* que jurou e que só a vontade soberana desta Assembleia da República, dotada de poderes de revisão, pode alterar. Mas, também, está o Presidente da República *obrigado a interpretar* as condições de garantia da Coesão Nacional, por isso *tenho atribuído* tão alto significado à necessidade de um amplo debate e de um amplo consenso. (Jorge Sampaio, 1996)

A defesa de Portugal e dos portugueses, a que a função de presidente o obriga, leva o locutor a privilegiar outras estratégias de aproximação ao alocutário, nomeadamente por intermédio de um voz coletiva (pelo uso de NÓS) a partir do qual o locutor individual constrói uma imagem de solidariedade.³ Com distintos valores referenciais, ora identificando os políticos – presentes na cerimónia –, ora o povo, ausente fisicamente, mas presente na relação interacional construída por cada locutor, é o país/nação que com mais frequência se constitui como referente do deítico *nós*. Em (17) a cadeia anafórica (portugueses – lhes – nos) é assegurada pela identificação de NÓS com o povo português. Na sua função de presidente, o locutor integra-se nestes diferentes grupos, assumindo as responsabilidades, as dores, os sonhos e os insucessos que, na sua perspetiva, são de todos:

- (17) *Os Portugueses* estão naturalmente orgulhosos da liberdade que usufruem – e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação –, mas sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade, donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que *nos* recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos. (Mário Soares, 1986)

- (18) Talvez nos últimos anos *tenhamos esquecido a necessidade de manter, de forma equilibrada, o mesmo nível de investimento em todas estas áreas*. (Jorge Sampaio, 2005)

³ O *ethos* de solidariedade, diz Charaudeau (2005), é próprio de "um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que as partilha e se torna responsável por elas". (p. 163)

- (19) Julgo poder expressar o sentimento geral ao dizer que muito *progređimos* na modernização da economia e na afirmação de novos estilos de vida, mas *ficámos* muito aquém na concretização dessa ambição de uma sociedade com maior justiça social. (Cavaco Silva, 2006)

A proximidade ao povo, à nação, é uma estratégia reforçada por estruturas avaliativas axiologizantes que, sendo simultaneamente estruturas de desinscrição enunciativa, fazem sobressair uma voz genérica responsável pelos atos de repúdio face a injustiças de que os portugueses são vítimas:

- (20) *É socialmente inaceitável* que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas.
É inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados.
É inaceitável que, em todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam, pelo menos, ter reduzido as crescentes desigualdades [...]. (Ramalho Eanes, 1985)
- (21) A carência extrema reveste *formas particularmente insuportáveis* de injustiça e humilhação. (Jorge Sampaio, 2005)
- (22) E a exclusão – a dimensão de não pertença a que demasiados dos nossos concidadãos se veem remetidos – *é tão intolerável que*, por contraste, têm de ser reduzidas à sua devida proporção as controvérsias geradas a propósito de pequenos aperfeiçoamentos dos nossos direitos. (Cavaco Silva, 2006)

Esta imagem do presidente, de solidariedade com o povo que sofre, é completada por uma imagem de firmeza, de combatividade – contra quem pretende trair os ideais de Abril –, e que se articula à responsabilidade política assumida como Presidente da República. Por isso, o locutor decide assumir essa responsabilidade novamente na 1.^a p/sg nos exemplos (23) e (24). A escolha desta modalidade elocutiva na defesa de um futuro digno de Abril e dos interesses do povo português dá visibilidade ao *ethos* de credibilidade, mas também de liderança, pela imagem modelar que o locutor estrategicamente constrói de si enquanto indivíduo, e semiotizada pelo uso das estruturas frásicas “recuso demitir-me das responsabilidades”; “Eu assumi e continuarei a assumir as minhas”; “Continuarei sempre, mobilizando os portugueses, a lutar por um país melhor”; “é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades”:

(23) não sou *eu* o único português que assumiu compromissos com a Nação. Porque *recuso demitir-me das responsabilidades* que o povo português colocou sobre os meus ombros, *é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades*. (Ramalho Eanes, 1977)

(24) Repito: não há tempo a perder nem *responsabilidades a transferir*. *Que cada um assuma as suas*. *Eu assumi e continuarei a assumir* as minhas até ao último dia do meu mandato. *Continuarei sempre, mobilizando os portugueses, a lutar por um país melhor*. (Jorge Sampaio, 2005)

E porque, como reivindica o Presidente Mário Soares no último discurso que proferiu na celebração da revolução, “o Presidente da República [...] é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições”, e lhe cabe assegurar, portanto, a salvaguarda de tais desígnios constitucionais sem criar divisões entre os portugueses, os atos de advertência e crítica que constrói não têm destinatários identificados:

(25) *Não se pode ser democrata* nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis. (Ramalho Eanes, 1977)

(26) *Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a esperança de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideais de Abril continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a Pátria*. (Ramalho Eanes, 1977)

(27) Da voz desta Assembleia nasce a legalidade. *O seu silêncio é fonte de arbítrio*. (Ramalho Eanes, 1977)

(28) Se não *fizermos* o que é necessário fazer, essas crises, sob idênticas ou diferentes formas, regressarão, enfraquecendo, pela sua própria repetição, *a nossa capacidade* de as enfrentar. (Jorge Sampaio, 2005)

(29) Mas, dentro destas, ressaltam as que conseguiram manter uma dimensão humana, proporcionando satisfação e bem-estar aos que nelas habitam, em contraste com as que se tornaram autênticas chagas urbanísticas, *produto da desorganização e da*

irresponsabilidade, condenando os seus habitantes a um mau viver resignado, sem qualidade e sem horizontes. (Cavaco Silva, 2006)

Em todos estes excertos, o locutor apaga, na superfície discursiva, os destinatários do seu discurso, através de estruturas de generalização e indeterminação (25 e 26), de atos indirectos (27), de nominalizações (29) ou ainda pela integração do locutor no grupo-alvo (25, 27 e 28), numa atitude de generosidade na preservação da imagem dos adversários, que reforça a sua imagem de solidariedade em construção no discurso.

3.2. O estatuto do Presidente da República – a autoridade pessoal no quadro institucional

Em inter-relação com as imagens institucionais, cada presidente da República vai também construir o seu *ethos* discursivo pela recuperação e integração de um *ethos* pré-discursivo, ou prévio, que o credibiliza fortemente, atendendo a que, como refere Charaudeau (2005, 92), a credibilidade repousa sobre “un pouvoir de faire”. Assim, mostrar-se credível é fazer prova de que se tem esse poder. O passado pessoal, a história democrática de cada locutor, reforça o *ethos* positivo que a função de presidente (garante da democracia) lhe confere e fortalece a sua credibilidade, pelas provas dadas. Esta estratégia está presente, de modo sistemático, nos últimos discursos presidenciais.

Os discursos dos três primeiros presidentes recuperam as suas imagens prévias de democratas, heróis de Abril. Desde logo, com o Presidente Ramalho Eanes, que nunca se mostra explicitamente como capitão de Abril, mas se integra na geração dos que tornaram Abril possível:

(30) *A transição do autoritarismo para um regime de democracia pluralista ficou, em suma, a dever-se ao empenho de uma geração que para o seu projecto encontrou indiscutível apoio popular. [...] A verdade é que, apesar de tudo, o projecto da geração a que pertença ainda está bem longe da sua plena realização.* (Ramalho Eanes, 1985)

O Presidente Mário Soares reclama também a pertença a essa geração de Abril a que agrega a valorização da sua função de “*constituente*” e de *parlamentar*:

- (31) *Sou, confessadamente, um homem do 25 de Abril. Pertencço a uma geração de portugueses para quem esse dia singular foi o melhor das suas vidas, porque representou a concretização de uma luta intransigente pela liberdade, que sempre mantiveram, década após década.* (Mário Soares, 1995)
- (32) Esta é a última vez que comemoro, como Presidente da República, o dia da liberdade. É com emoção que o faço nesta Casa, a Assembleia da República, a que me sinto tão ligado como *constituente e como parlamentar que tanto me orgulho de ter sido, [...]*. (Mário Soares, 1995)

O Presidente Jorge Sampaio faz idêntica recuperação do seu passado “antifascista” e do seu ativismo político no parlamento, que, de igual forma, avalia positivamente:

- (33) *Pertencço a uma geração que esperou e lutou por esse dia. A sua chegada representou uma alegria ímpar que a nossa memória conserva como um daqueles grandes momentos que tornam a vida exaltante e a abrem ao futuro.* (Jorge Sampaio, 2005)
- (34) De facto, ao dirigir-me, neste Dia, à Assembleia da República, não posso nem quero esquecer que *fui, com muita honra, um parlamentar dedicado. Tenho orgulho em tê-lo sido e conservo dessa experiência uma grata recordação.*
Aprendi nesta Casa que, sem debate parlamentar exigente, é o próprio debate democrático que se empobrece e desprestigia. *Aprendi* que há momentos de convergência e momentos de divergência, momentos de consenso e momentos de dissenso. (Jorge Sampaio, 2005)

Não se restringe, obviamente, ao discurso final de cada presidente a construção desta vertente pessoal. É esse o caso do Presidente Cavaco Silva, que, não tendo feito ainda o último discurso presidencial de Abril, não deixa de convocar no seu discurso inaugural esta dimensão pessoal, que passa pela construção de um *ethos* de humanidade, de proximidade e atenção aos outros, um comportamento da esfera pessoal, que precede o seu estatuto presidencial, e é materializado pelo recurso a formas verbais na 1.^a p/sg, como lembrar, reparar, ouvir, reconhecer:

- (35) Ao evocar esses dias de sonho e de esperança, *lembro-me sempre* daquele cartaz em que uma criança colocava um cravo no cano de uma espingarda. [...] *Preocupam-me* os casos de crianças vítimas de negligência e de maus-tratos físicos e psicológicos, que regularmente são objecto das notícias dos órgãos de comunicação social. *Reparo* no número de processos instaurados pelas instituições vocacionadas para a sua protecção. *Ouçó* o testemunho do cidadão anónimo ou do técnico que lida diariamente com estes casos e *não posso deixar de reconhecer* que essas mesmas crianças constituem o elo mais fraco dessa cadeia social que alimenta a exclusão. (Cavaco Silva, 2006)

Esta imagem de humanidade sobressai no contexto de ocorrência por ser o único excerto de um conjunto de reflexões sobre injustiças sociais que o locutor apresenta como um ponto de vista singular, marcado no uso da 1.^a p/sg.

3.3. Construir um ethos de guia: propor caminhos que cumpram os desígnios nacionais

A reflexão, assumida como objetivo dos discursos presidenciais nas comemorações de Abril, traduz-se em orientações para o futuro de Portugal, na construção de uma “agenda para uma boa governação”, como refere o Presidente Jorge Sampaio. O discurso de comemoração torna-se, assim, um discurso de forte influência política ou, por outras palavras, um exercício de autoridade presidencial, que propõe a visão do Presidente da República sobre Abril e sobre o futuro político, económico e social de Portugal.

Todos os discursos presidenciais adotam uma representação dessa reflexão organizada em duas partes, a primeira de “diagnóstico” ou constatação (a, b, c, d) e a segunda de princípios orientadores (a’, b’, c’, d’), na forma de atos injuntivos indiretos, que pretendem responder à assertividade inicial, e que são apresentados no Quadro III.

Quadro III: Construção discursiva da reflexão presidencial: Diagnóstico e princípios orientadores

- | | |
|--|--|
| <p>a) <i>A intolerância</i> introduzida na sociedade portuguesa <i>mantém</i> ainda afastados do contributo que devem à Pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do País. (Ramalho Eanes, 1977)</p> | <p>a) <i>Precisamos de quadros</i>, de quadros qualificados e motivados, para conceber e realizar programas audaciosos que multipliquem os empregos. (Ramalho Eanes, 1977)</p> |
| <p>b) Nunca como <i>agora</i> foram tão grandes <i>as expectativas legítimas</i> nem as possibilidades, a prazo razoável, de dar expressão concreta aos anseios dos Portugueses. (Mário Soares, 1986)</p> | <p>b) Nesse sentido, <i>torna-se urgente</i> fazer um esforço formidável na educação e na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. (Mário Soares, 1986)</p> |
| <p>c) <i>O problema crónico</i> da economia portuguesa <i>está</i>, como sabemos, <i>na insuficiência</i> de competitividade e no <i>excesso</i> de despesa relativamente ao produto que tem sido capaz de gerar. (Jorge Sampaio, 2005)</p> | <p>c) Para corrigir esta situação, <i>é preciso</i> gastar menos, [...], e produzir mais, especialmente para exportação. <i>Temos de vencer</i> o desafio da globalização competitiva e produzir [...]. Mas também <i>temos de moderar</i> a despesa interna... (Jorge Sampaio, 2005)</p> |
| <p>d) Sabemos que <i>os efeitos da crise económica tendem</i> a potenciar esses sinais, nomeadamente através do desemprego de homens e mulheres que, pelo seu nível de escolaridade e pela sua idade avançada, enfrentam dificuldades acrescidas na procura de um novo posto de trabalho. <i>É nestas situações que o risco de exclusão social aumenta</i>. (Cavaco Silva, 2006)</p> | <p>d) Para que esse risco possa ser atenuado <i>não chega exigir</i> mais medidas ou mais dinheiro [...]. Todos somos responsáveis, <i>todos temos que assumir</i> a quota-parte de responsabilidade [...]. <i>Temos de romper</i> com o conformismo e o comodismo [...]. <i>Temos de conseguir</i> enaltecer, através de uma nova atitude cívica, o exemplo de milhares de cidadãos [...]. (Cavaco Silva, 2006)</p> |

Fonte: elaboração própria.

O diagnóstico da situação político-social é feito pelo locutor em enunciados marcados pela modalidade epistémica, mas a que a *modalidade delocutiva* (Charaudeau (2005)⁴, por desinscrição enunciativa (Rabatel, 2003,

4 A modalidade delocutiva assenta numa estratégia de apagamento enunciativo, ao apresentar o que é dito como um efeito de verdade, que não é, por isso, da responsabilidade de nenhum dos interlocutores como se a palavra dada não fosse da responsabilidade de uma voz, identificada ou identificável.

2004), confere o estatuto de evidência que decorre da verdade das coisas; são verdades enunciadas independentemente das circunstâncias da enunciação e que criam um mundo de evidência. São, pois, atos assertivos que trazem para o discurso uma voz coletiva, genérica, que pressupõe a concordância dos interlocutores. O locutor apaga-se dando lugar a uma voz – de autoridade – que se responsabiliza pela verdade das constatações. Ou seja, os enunciados são marcados por *expressões definidas* que não só pressupõem a verdade dos factos enunciados (*A intolerância* introduzida na sociedade portuguesa; *o problema crónico* da economia portuguesa, etc.) como introduzem um referente discursivo já conhecido dos interlocutores⁵.

Quanto aos *princípios orientadores*, que pretendem ser compromissos políticos para o futuro de Portugal, sobressai a modalidade deôntica, marcada por valores de necessidade que se articula com os valores do ato assertivo anterior. Este, ao convocar um consenso alargado, faz com que o conteúdo do ato injuntivo que se segue seja do interesse dos destinatários mais do que do locutor. Por isso, este privilegia, mais uma vez, estruturas de desinscrição enunciativa, ao serviço de um processo de referenciação que representa o objeto discursivo independentemente do locutor, ou melhor, independentemente da sua presença explícita no discurso. O locutor põe em cena um enunciador universal, a que pretende que o alocutário se identifique. De facto, as orientações políticas, plasmadas em estruturas de impessoalização (*é preciso que, torna-se urgente, não chega*) e de construção de uma voz coletiva (*temos de; precisamos de*) a que o locutor individual se assimila, aliadas às suas específicas competências de Presidente da República, fazem da injunção um ato de exortação. Ora, o ato exortativo é uma “ordem travestida” (Duarte, 2006) em ato de sedução. Por isso, e à semelhança do que ocorre com os atos discursivos de crítica e advertência, acima referidos, o locutor evita assumir uma posição de comando, potencialmente agressiva, face aos seus interlocutores institucionais e procura antes o seu assentimento.

Mas são estratégias que reforçam a credibilidade e a autoridade presidenciais, apoiadas na imagem de Presidente da República partilhada pelos portugueses.

Por isso, os atos exortativos são, com frequência, sequencialmente contextualizados por sequências explicativas (Adam, 1985), que esclarecem os

⁵ Em dois dos exemplos selecionados, esta estratégia é reforçada pelo comentário (*como sabemos*), que afirma a partilha desses conhecimentos, implícita nos outros, por força da generalização.

princípios orientadores enunciados, contribuindo também para a construção da imagem de credibilidade do locutor pelo reforço do efeito de evidência antes conseguido. Veja-se o exemplo seguinte que ilustra o percurso privilegiado de constatação, exortação, explicação e avaliação:

- i) *Constatação*: Há que reconhecer que *o enorme apoio financeiro* da União Europeia, nos últimos 20 anos, apesar do seu extraordinário contributo para a modernização e infra-estruturação do País, com reforço da coesão nacional, *produziu resultados muito aquém do necessário*, em termos de redução de assimetrias regionais de desenvolvimento, da nossa posição competitiva e da produtividade nacional.
- ii) *Exortação*: *Torna-se, por isso, indispensável*, agora que estamos no limiar de novo quadro comunitário de apoio, *que sejam adoptadas políticas públicas com claras apostas estratégicas, que rompam com a artificial compartimentação* de programas segundo as fontes de financiamento ou a verticalização ineficiente por ministérios.
- iii) *Explicação*: *Do que se trata é de privilegiar a transversalidade* dos programas e das políticas, virados para a modernização da nossa estrutura económica e social, forçando uma efectiva colaboração inter-ministerial para esses objectivos e operacionalizando-os segundo uma lógica territorial coerente.
- iv) *Avaliação*: *Este é um enorme desafio* que os governos têm pela frente e que exige uma rigorosa reflexão. (Jorge Sampaio, 2005)

A modalidade deontica, marcando um valor de obrigatoriedade (Há que reconhecer; torna-se indispensável) reforça o raciocínio em curso e o objetivo de persuasão que subjaz ao discurso. Em convergência com uma estratégia de apagamento enunciativo, a informação é apresentada não como opinião pessoal, mas como fazendo parte da ordem das coisas.

4. Conclusão

Os discursos de celebração de Abril são, em primeiro lugar, discursos políticos com claros fins persuasivos, que condicionam a estrutura e a temática discursivas. A celebração da *Revolução dos Cravos* não é tomada como um fim em si, unicamente de rememoração, a que se adequaria, em termos discursivos, uma modalidade narrativa. Antes constitui um momento

privilegiado para o Presidente da República traçar objetivos e caminhos para o país, ao nível político, económico, cultural e social, marcados na estrutura discursiva por atos assertivos, injuntivos e explicativos. A sistematidade desta *agenda*, nos discursos analisados, configura-se como o emergir de uma finalidade constitutiva deste género discursivo. Os discursos de comemoração parecem ser, assim, uma oportunidade para o exercício do poder político presidencial.

E por isso a construção de um *ethos* global, um *macroethos*, de autoridade e credibilidade é tão fundamental. Permite distinguir, mas também correlacionar duas vertentes: a imagem **de** presidente, institucional, e a imagem **do** presidente, pública, na sua idiossincrasia, a que o *ethos* prévio vem também dar suporte.

De facto, a autoridade dos presidentes assenta num complexo trabalho discursivo de construção de *imagens de si* que sustentam o objetivo confessado de marcar a agenda política, mas em nome dos portugueses e da democracia, no exercício da função institucional para que foram eleitos e a que agregam dimensões pessoais fundamentais. Fica, no entanto, claro que é necessário matizar tais conclusões, que são forçosamente provisórias, ou pelo menos parcelares, e prosseguir com a análise de todos os discursos presidenciais de comemoração de Abril.

Referências

- Adam, J.-M. (1985). *Les Textes, Types et Prototypes*. Armand Colin.
- Amossy, R. (1999) (ed.). *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos*. Delachaux et Niestlé.
- Amossy, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. PUF.
- Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Vuibert.
- Duarte, I. M. (2006). De la suggestion à l'injonction. In Carreira, M. H. A. (ed.), «Venez, venez!»: de la suggestion à l'injonction dans les langues romanes (*Travaux et Documents*, 32) (pp. 155-176). Université Paris 8 Vincennes.
- Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne 1: la présentation de soi*. Minuit.
- Maingueneau, D. (1998). *Analyser les textes de communication*. Nathan.
- Maingueneau, D. (1999). Ethos, scénographie, incorporation. In Amossy, R. (ed.), *Images de soi dans le discours. La construction de l'ethos* (pp. 75-100). Delachaux et Niestlé.

Parlamento português, <http://www.parlamento.pt>

Plantin, Ch. (1996). L'Argumentation (col. Mémo). Seuil.

Rabatel, A. (2003). L'effacement énonciatif dans les discours représentés et ses effets pragmatiques de sous-énonciation et de sur-énonciation. *Estudios de lengua y literatura francesas*, 33-61.

Rabatel A. (2004). L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. *Langages* 156, 3-17.